

A aventura estruturalista¹

Uma breve exposição da história e do funcionamento do método estrutural, em homenagem aos cem anos de seu inventor

Patrice MANIGLIER

Claude Lévi-Strauss não quis apenas construir uma obra. Ele encarnou um movimento, um método, ou pelo menos o espírito de um método: o estruturalismo. A questão da atualidade de Lévi-Strauss envolve, portanto, a atualidade do estruturalismo.

Certamente, já se foi o tempo em que o técnico de futebol da equipe francesa buscava tranquilizar seus torcedores prometendo-lhes uma “reorganização estruturalista” dos jogadores. Michel Foucault, em *As palavras e as coisas* (1966), tinha acabado de fazer do estruturalismo a nova filosofia parisiense, que deveria obscurecer o existencialismo: essa filosofia afirmava que o sujeito não é aquilo que dá sentido ao universo (pela angústia de sua liberdade); o sujeito apenas se limita a realizar possibilidades já inscritas em códigos tão inconscientes quanto às regras gramaticais. Althusser ensinava assim que Marx era estruturalista; Lacan reinventava a psicanálise pelo estruturalismo; Barthes mostrava que até mesmo a moda obedecia a um “sistema”; em resumo, o estruturalismo concedia uma completa visão do homem e de mundo.

Seu principal incentivador, contudo, não enxergava essa popularidade com bons olhos: Claude Lévi-Strauss, cuja obra *Estruturas elementares do parentesco* (1949) pode ser considerada a certidão de nascimento do estruturalismo, defendia acima de tudo um novo *método* para as ciências humanas. O futuro lhe deu razão: o estruturalismo, assim como essas estrelas que se apagam por conta de seu próprio colapso gravitacional, foi contestado após maio de 1968 de maneira tão violenta quanto sua popularidade. Foi duramente criticado por negar a dimensão política da condição humana, por desdenhar o valor da história. Era afinal um método promissor ou apenas ideologia efêmera?

¹ A Comissão Editorial da **Revista R@U** agradece a Patrice Maniglier pela gentil e atenciosa acolhida à solicitação de publicação deste texto, o que muito nos honra sobretudo por propiciar que esta primeira edição seja também uma homenagem ao centenário de Claude Lévi-Strauss. Também agradecemos ao estímulo dos professores Marcos Lanna (ppgas-ufscar) e Débora Morato (filosofia-ufscar), e a Eduardo Socha, responsável pela tradução para o português.

*

A expressão foi inventada pelo lingüista russo Roman Jakobson em um artigo de 1929. Jakobson designava certa “tendência da ciência russa”, oposta à ciência ocidental atomista, reducionista e mecanicista (ou seja, cega à importância da finalidade), incapaz de mostrar que os fatos culturais, para além de causalidades físicas ou biológicas, obedecem a leis que lhes são próprias. Um ano depois, o autor identificava essa tendência na ciência moderna, oposta ao velho “positivismo”, então obcecado pela coleta de dados particulares e pela tentativa de estabelecer entre eles regularidades devidamente observáveis. Mas a definição continuava vaga: se o estruturalismo consiste apenas em pensar que o todo precede e determina as partes, que as relações importam mais do que os termos, e que não se constroem leis a partir da generalização de observações, não deveríamos dizer então que Aristóteles, Espinosa, Leibniz, Goethe, Hegel ou Bergson (sem mencionar os biólogos, físicos contemporâneos e todos os matemáticos) seriam também estruturalistas? Ampliar a definição não traz o risco de perder a essência do movimento? Pior: essa definição é capaz de esclarecer um método? O impasse levaria muitos pensadores a primeiramente se reconhecer no estruturalismo para, em seguida, na própria confusão, se afastar dele o quanto antes.

Para compreender efetivamente do que se trata é melhor deixar de lado as definições explícitas e retornar às operações que os lingüistas “estruturalistas” – como Jakobson e seu compatriota e amigo, Nicolai Troubetzkoy – procuravam introduzir em sua disciplina; assim poderemos mostrar porque e como Lévi-Strauss acreditou ser possível estender esse método ao estudo de todos os fatos culturais, desde regras de parentesco, ritos, narrativas míticas à construção de vilas, inaugurando assim o programa que dominou os anos 50 e 60.

*

Sabemos que o século 19 foi o século da história: a lingüística indo-européia viu a possibilidade de reconstruir, a partir da diversidade de línguas atuais (francês, alemão, hindu etc.), a língua desaparecida e originária, a partir da qual teriam surgido todas as demais como se fossem dialetos. A mudança lingüística era o que existia de mais objetivo no fenômeno da linguagem, pois escapavam da vontade e da consciência dos sujeitos: é de maneira gradual e contínua que o latim virou francês. Contra essa interpretação, Jakobson e Troubetzkoy sustentavam que era inútil tentar explicar a

história das línguas a partir de imposições fonéticas (em última instância, fisiológicas) que gradualmente condicionaram os falantes a mudar seus jeitos de falar. Na verdade, a linguagem tem uma *função*: o estágio atual de uma língua não depende apenas de sua história, mas principalmente das imposições colocadas pelas necessidades de comunicação. É por isso que não se pode desconsiderar a finalidade e o uso no estudo dos fenômenos culturais. Com isso, os autores elaboraram um método que possibilitava reter apenas aquilo que era portador de significação, na performance verbal dos indivíduos.

O método consiste, primeiramente, em propor um teste aos falantes de uma língua, teste dito de “comutação” ou “permutação”, que permite separar dentre as variações fônicas aquelas que provocam uma variação de significado. Por exemplo, em português, a palavra “carro” pode ser pronunciada com um “r” mais “forte” (velar surda) ou mais “fraco” (glotal surda), sem que um falante perceba diferença de sentido (o que não acontece, por exemplo, no alemão). No entanto, a pronúncia de “calo” em vez de “carro” modifica completamente o sentido (lembramos que o falante não precisa *definir* cada um desses termos separadamente para perceber a diferença). Induzimos a partir daí que “l” e “r” possuem particularidades fonéticas significativas para alguém que fala português. Cruzando os testes, mostrando, por exemplo, que há diferenças entre “carro”, “calo” e “caldo”, *decompõe-se* a massa fonológica em fonemas (“l”, “r”, “d” etc.), ou seja, em unidades distintas, que aparecem então como a soma ou o feixe de particularidades fonéticas distintas (labial/não labial, velar/não-velar etc.). O fonema é assim uma entidade puramente diferencial. Aqui, os fonólogos russos encontraram as teses de um autor na época pouco conhecido, o lingüista suíço Ferdinand de Saussure, que afirmava justamente que “na língua, só há diferenças” e que “os fonemas são antes de tudo entidades opostas, relativas e negativas” (*Curso de lingüística geral*).

No segundo momento do método, percebe-se que os mesmos traços distintivos separam vários fonemas ao mesmo tempo: assim, b-d, m-n, por exemplo, formam uma *série*, opondo-se entre si da mesma maneira. Um fonema, então, não se define apenas pela soma dos traços distintivos que ele atualiza, mas também por sua *posição* em um *sistema* de *séries* de *oposições*. E é precisamente o esquema desse sistema que se chama *estrutura*: “A definição do conteúdo de um fonema depende do *lugar* que ele ocupa no sistema de fonemas (...). Um fonema só possui conteúdo fonológico porque o sistema das oposições fonológicas ao qual pertence apresenta uma estrutura, uma ordem

determinada” (Troubetzkoy, *Princípios de fonologia*). Podemos a partir daí *mostrar* uma estrutura.

A partir do método, podemos comparar as línguas do ponto de vista de suas estruturas, mostrar como sua evolução tende às vezes a restaurar o equilíbrio estrutural ameaçado pela perda acidental de uma oposição distintiva etc. O lingüista reduz assim a diversidade dos fenômenos da linguagem a alguns princípios simples, e lança mão da hipótese de “leis estruturais” que seriam válidas universalmente para todas as línguas. Podemos então compreender como um novo método de decomposição da linguagem conduziu à tese segundo a qual os elementos são definidos não por suas propriedades intrínsecas, mas pela maneira com a qual se relacionam uns aos outros, formando um *sistema de signos*.

Quando Lévi-Strauss preparava uma tese sobre os fenômenos de parentesco, encontrou Jakobson em Nova York, com quem manteve intenso contato. Apropriando-se dos postulados desenvolvidos por Jakobson, Lévi-Strauss passou então a aplicar a análise estrutural da linguagem à totalidade das representações sociais: “todos os fenômenos que interessam ao antropólogo apresentam o caráter de *signos*”, escreveu em *Estruturas elementares do parentesco* (1949).

*

Mas sabemos o quanto o pensamento de Lévi-Strauss se baseia na lingüística e o quanto se distingue dela. Se, para a lingüística, a estrutura é um sistema de séries de oposições, para Lévi-Strauss ela é um “grupo de transformações”: “Em primeiro lugar, uma estrutura apresenta um caráter de sistema. Ela consiste em elementos de tal modo que uma modificação qualquer de um deles implica a modificação de todos os outros. Em segundo lugar, todo modelo pertence a um grupo de transformações; cada grupo corresponde a um modelo da mesma família, e assim o conjunto dessas transformações constitui um grupo de modelos. Em terceiro lugar, as propriedades indicadas acima permitem prever de que maneira o modelo vai reagir, no caso de modificação de um de seus elementos. Enfim, o modelo deve ser construído de tal maneira que seu funcionamento possa abarcar todos os fatos observados” (*Antropologia Estrutural*, 1958). É notável que Lévi-Strauss não defina a sistematicidade por um vínculo interno entre elementos observáveis: *o que une os elementos de um sistema e o que liga esse sistema a outros são a mesma coisa*. É por isso que a descrição das estruturas que

suportam os diferentes sistemas simbólicos exige um método *comparativo*, bastante adequado à antropologia, pois esta consiste em encontrar o homem por entre as variações culturais.

Mas Lévi-Strauss distingue-se também dos fonólogos no sentido de que a aplicação do método a todos os fatos culturais não se explica em nome de uma hipótese sobre sua *função* (a comunicação), mas se explica somente porque os fatos são essencialmente variáveis. Quer dizer, se o método estrutural é necessário nas ciências humanas, é porque nunca se pode determinar uma identidade estável entre vários atos (como motivos narrativos nos mitos, ou atos codificados nos rituais) a partir de semelhanças observáveis. O que Lévi-Strauss dizia em relação aos mitos vale para todos os traços culturais. Vamos supor que alguém se interesse pela história de uma prática, como a punição e o aprisionamento de culpados: contentando-se em traçar uma linha histórica contínua até o primeiro testemunho dessa prática, corre-se o risco de cometer enormes contra-sensos, pois ela, isolada, terá um sentido totalmente diferente em função do sistema social no qual se insere; em alguns casos, essa prática nem terá sentido algum. E, inversamente, é possível que o aprisionamento corresponda a uma prática que não lhe assemelha, mas que ocupa a mesma posição em um sistema de transformações. Assim, a hipótese segundo a qual os fatos culturais são signos não se baseia tanto em sua função, mas em sua natureza: os fatos só podem ser identificados se os substituirmos no sistema de signos.

*

Parece, retrospectivamente, que essa insistência sobre a variabilidade dos seres, sobre sua capacidade de modificar de natureza em razão das relações nas quais são consideradas, está em estreita afinidade com as metafísicas ameríndias, com aquilo que Eduardo Viveiros de Castro chamou de “perspectivismo” ameríndio, exemplificado na resposta de um canibal para um europeu perplexo: “mas quando eu como um homem, não sou um homem, sou um jaguar!”. Parece também, cada vez mais, que a obra de Lévi-Strauss contém ao menos tanta metafísica quanto sociologia. Lévi-Strauss pretendia certamente se liberar da filosofia, sua formação inicial, tomando o caminho da antropologia. Mas perderíamos muito em uma interpretação exclusivamente sociológica de Lévi-Strauss. A noção de signo não implica tanto a idéia de uma função de comunicação, mas a de um regime particular de ser ao qual nós, ocidentais, ainda não

estamos acostumados, alimentados que fomos de séculos de ontologia platônica e de sociologismo positivista, com a distinção categorizada entre as coisas (inertes) e os agentes (móveis). Não é casual, portanto, que foi um americanista quem soube fazer do estruturalismo um projeto para todas as ciências humanas, já que essa noção de signo ressoava com bastante frequência em outras formas de pensamento. E também não é casual que hoje a herança mais viva do pensamento de Lévi-Strauss esteja entre os antropólogos brasileiros, em especial na obra de Viveiros de Castro.

Assim, podemos dizer que tanto a força do método estrutural quanto o interesse filosófico de seus resultados dizem respeito não ao fato de que ele nega o caráter primordial da liberdade humana, mas ao fato de que ele mostra que se pode fazer ciência a partir da própria variação da natureza, sob condição de defini-la apenas como correlação de diferenças. Ou seja, há um *ser daquilo que varia*. De fato, Louis Althusser, Michel Foucault, Gilles Deleuze, entre outros, encontravam aí os instrumentos para repensar a história e o tempo. Que eles tenham tido o sentimento de não mais pertencer ao estruturalismo pouco tempo depois, isso tem a ver sem dúvida com o mal-entendido que acompanhou a expansão do método estrutural. Acreditava-se que o estruturalismo reduzia a humanidade a um vasto quadro combinatório, enquanto se tratava na verdade de tomar consciência dos problemas que decorrem da simples delimitação desses fatos bem particulares que são os fatos culturais. Mas é possível também que essa confusão tenha sido necessária para que alguns, inquietos com a história no mínimo curiosa desse movimento que entrou em colapso pouco tempo após o seu triunfo, redescubram o problema fundamental que ele quis colocar e demonstrem sua vibrante atualidade. Pois parte importante das contribuições atuais da filosofia participa desse mesmo ‘efeito Lévi-Strauss’ que não cessa de se prolongar para além, e mesmo através, de seus próprios mal-entendidos.

Patrice Maniglier

Professor de filosofia da Universidade de Essex (Inglaterra)
Autor de *Le Vocabulaire de Lévi-Strauss* (Paris: Ellipse, 2002) e *La vie énigmatique des signes: Saussure et la naissance du structuralisme* (Paris: Léo Scheer, 2006)
pmanig@essex.ac.uk

Traduzido por
Eduardo Socha
Mestrando em Filosofia pela Universidade de São Paulo
esocho@gmail.com

Recebido em 25/11/2008
Aprovado para publicação em 25/11/2008